

Cidades Amazônicas: Surtos Econômicos e Perspectivas

Amazonian Cities: Perspectives on Economic Surges

Bertha Koifmann Beckerⁱ
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, Brasil

Resumo: Apresentamos a investigação sobre cidades na Amazônia, reforçando o papel e a importância das cidades no planejamento regional da fronteira e através da história da região. Mesmo que não explícitas em pesquisas específicas, as cidades sempre estiveram presentes em nossos estudos e recentemente novas oportunidades fizeram com que retomássemos o estudo de cidades articulando-as ao desenvolvimento da Amazônia. As novas pesquisas introduzem a teoria de surtos das cidades aplicada a estudos empíricos específicos sobre seis cidades, Manaus, Belém, Rio Branco, Santarém, Parintins e Imperatriz. O estudo de cada uma dessas cidades foi conduzido por diferentes pesquisadores do Laboratório de Gestão do Território da Universidade Federal do Rio de Janeiro, articulados entre si em projeto do CNPq. Com exceção de Belém, os estudos das demais cidades compõem os artigos que seguem a este. Esta é, pois, uma apresentação introdutória e a contextualização teórica que fundamenta esses trabalhos e a história do surgimento das cidades na Amazônia.

Palavras-chave: Cidades, Amazônia, Surtos de cidades.

Abstract: Results from investigations on Amazonian cities are presented in five articles which appear in this number. Taken together we try to demonstrate the crucial role of cities in frontier regional planning over time. Even if not always explicit in my research, the articulation of Amazonian cities to regional development has been a constant theme in my studies. Recent research applies the theory of growth surges of cities to specific empirical studies of six Amazonian cities: Manaus, Belém, Rio Branco, Santarém, Parintins e Imperatriz. The study of each of these cities was undertaken by different researchers of the Laboratório de Gestão do Território of the Universidade Federal do Rio de Janeiro, who participated in a CNPq project. Except for Belém economic and growth surges of the other major historical cities of the Amazon are treated separately in the articles which follow. This introduction provides the theoretical basis of the studies and the rise of cities in the colonial period.

Keywords: cities, Amazon, growth surges of cities.

Introdução

Esta é uma contribuição geográfica ao estudo da Amazônia, dando continuidade à pesquisa de uma dimensão crucial de sua história que vem sendo continuamente negligenciada - as cidades - onde vivem 70% da população regional.

ⁱ Professora Emérita da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Departamento de Geografia, Instituto de Geociências.

Desde os primeiros contatos com a Amazônia, ainda nos anos 1970, intrigou-nos o acelerado processo de urbanização numa região florestal e cujo planejamento enfatizava e subsidiava uma ocupação destinada à agropecuária. Logo ficou patente o papel das cidades na real meta do planejamento regional qual seja, finalmente, promover a ocupação da Amazônia. Não poderia haver ocupação nem uso dos recursos regionais sem os núcleos urbanos, que constituem o sustentáculo desse processo. Por essa razão, verdadeira fronteira urbana foi implantada pelo Estado na região, antes mesmo da expansão da fronteira agropecuária e mineral que caracterizou o processo de ocupação, à essa fronteira oficial associando-se os núcleos nascidos espontaneamente e o crescimento de outros. Pois que os núcleos urbanos foram o lugar de mobilização e residência de mão de obra induzida a migrar de todos os rincões do país; constituíram o nó de articulação das redes implantadas para promover a conectividade da região e desta com o país; concentraram os serviços básicos necessários à mobilização dos recursos e ao uso da população.

A investigação detalhada sobre a origem e o papel dos núcleos urbanos nessa fronteira resultou em várias publicações. Destacam-se aqui a primeira delas “Uma hipótese sobre a origem do fenômeno urbano numa fronteira de recursos no Brasil”, (Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 40, n.1, p. 160-184, 1978) e “Undoing myths: the Amazon, an urbanized forest” (Unesco/MAB, vol. 15, Brazilian Perspectives on Sustainable Development of the Amazon Region, Ed. M. Clusener-Godt and I. Sachs, 1995), ambas de autoria de Bertha K. Becker.

Embora mantida a convicção sobre a importância das cidades nessa imensa área florestal e, embora as cidades sempre estivessem presentes em nossos estudos, a pesquisa específica sobre essa temática esmoreceu frente ao turbilhão de questões que emergiram com a preocupação ambiental. Foi ela retomada mais recentemente em novas oportunidades. Uma delas refere-se ao projeto “Amazônia: Desafios para o Século XXI”, desenvolvido sob nossa coordenação por demanda do então Ministro Mangabeira Unger quando na chefia da Secretaria de Assuntos Estratégicos. Nesse estudo, nosso texto “Articulando o Complexo Urbano e Complexo Verde” apresenta um modelo de desenvolvimento para a Amazônia em que as grandes unidades formadas pela vegetação, suas formas de apropriação e as redes de cidades tem papel crucial (Becker, B. Articulando o complexo urbano e o complexo verde na Amazônia. In: Becker, B. K; Costa, F. A; Costa, W. M. (orgs.). Um projeto para a Amazônia no século 21: desafios e contribuições. 1ª Ed. Brasília, DF: CGEE, 2009, v. 1, p. 39-86).

A segunda oportunidade para retomar a questão com mais intensidade foi nossa estadia como Pesquisadora Visitante na Universidade de Loughborough, Inglaterra, em 2005, a convite do Professor Peter Taylor. O Professor nos estimulou a desenvolver na Amazônia a pesquisa sobre surtos econômicos de cidades por ele coordenada em escala mundial. Um projeto institucional apoiado pelo CNPq (Dinâmica das Cidades Amazônicas, Globalização e Desenvolvimento Regional) permitiu a retomada da pesquisa específica sobre cidades em três sub-projetos, um deles sobre os surtos econômicos de cidades amazônicas. O projeto “Amazônia: por uma Fronteira Urbanizada” com apoio do CNPq reuniu pesquisadores do Laboratório de Gestão do Território da Universidade Federal do Rio de Janeiro na investigação das cidades de Manaus, Belém, Rio Branco, Santarém, Parintins e Imperatriz, ficando cada um responsável pelo estudo de uma das cidades selecionadas para investigação, seguindo a abordagem da teoria de surtos de cidades.

Na implantação desse projeto procurou-se seguir a metodologia do Professor Peter Taylor. Fundamentou-se ele, teoricamente, nos trabalhos de Jane Jacobs para a qual as cidades crescem por substituição de importações e/ou por inovações que introduzem “trabalho novo” capaz de alterar a divisão social do trabalho. As relações com outras cidades são básicas para promover a mudança. A execução da pesquisa se fez em três etapas: i) levantamento do crescimento das cidades amazônicas desde os primeiros dados registrados em 1872, década por década como “proxy” de identificação de seus surtos; ii) pesquisa bibliográfica e de campo pelos responsáveis por cada cidade¹ e iii) elaboração dos textos, com a preocupação de apontar o peso das condições econômicas e políticas no surto de crescimento das cidades.

A grande dificuldade em realizar o trabalho foi a total falta de dados estatísticos e mesmo históricos sobre a região. Vale registrar que numa região carente em historiografia como a Amazônia, os levantamentos de campo realizados foram fundamentais para o conhecimento das cidades. A disponibilidade de bibliografia e de informações influenciou certamente na própria diversidade dos artigos, ora mais ora menos calcado na pesquisa direta. Frente a tais restrições, decidiu-se incorporar estudos, notas e/ou relatórios recentes de membros da equipe de pesquisa sobre as cidades selecionadas, aproveitando a oportunidade para difundir informações sobre essa temática tão negligenciada.

Verifica-se inicialmente irregularidade no crescimento, seguida de forte concentração nos centros aglutinadores e exportadores de borracha, e então de declínio e estagnação à exceção de pequenos surtos em algumas delas. Estagnação que perdurou até a nova fase da dinâmica regional deslançada pela política de integração regional iniciada com a construção da estrada Belém-Brasília nos anos de 1960 e a criação da Zona Franca de Manaus em 1967.

Optando-se por cidades localizadas em área florestal, excluíram-se aquelas localizadas no Mato Grosso e no Maranhão. Exceção à essa escolha foi a cidade de Imperatriz, situada na borda da floresta, cujo estudo foi considerado importante como um caso de crescimento associado à estrada.

Ora, apresentamos os artigos da pesquisa sobre surtos econômicos das cidades selecionadas para investigação. Uma preocupação geral a todos é tratar de elementos comuns entre as diferentes cidades, respectivamente do contexto histórico amazônico em que surgiram e da problemática de desenvolvimento regional de que participam. Por razões que fogem ao nosso controle, não é possível incluímos no conjunto desta contribuição a pesquisa dos surtos econômicos da cidade de Belém, realizada, mas não disponível no momento oportuno para esta publicação. Os artigos sobre as demais cidades foram elaborados por diferentes colegas, e são por eles totalmente responsáveis².

Manaus foi pesquisada por Bertha K. Becker. A posição geográfica da cidade em relação à distribuição da vegetação e à rede de drenagem pesaram sobremaneira na origem e nos surtos econômicos da cidade. Surtos, aliás, raros. A pesquisa sobre Manaus, seu isolamento e fraco povoamento inspiraram uma nova visão sobre a diversidade da Amazônia, a ser explicitada na artigo específico sobre essa cidade. As grandes possibilidades dessa posição privilegiada e não aproveitada são apontadas em um texto atual de Becker que propõe o planejamento de Manaus como Cidade Mundial baseada nos serviços ecossistêmicos. Serviços importantes localizados em Belém e Manaus são: os serviços ligados ao Polo Industrial de Manaus, os que atendem as cadeias produtivas das matérias primas ex-

portadas – minério, madeira, pecuária – base da economia regional; a logística; os bancos e serviços financeiros; a formação de recursos humanos qualificados embora em número insuficiente; além de outros associados à conservação do meio ambiente, providos pelo governo brasileiro nas diferentes esferas, por ONGs, bancos e agências internacionais.

O professor Scott William Hoefle, pesquisou a cidade de Santarém, analisando os surtos econômicos que a cidade, graças à sua localização na foz do rio Tapajós com Amazonas entre Manaus e Belém, vivenciou associados aos ciclos econômicos regionais históricos com base ribeirinha bem como os ciclos recentes com base nas rodovias BR-163 e BR-230. Na interseção de sistemas fluviais e rodoviários Santarém surgiu e se desenvolveu como portal de vasta hinterlândia fluvial e interfluvial do oeste do Pará e, hoje, através de suas agroindústrias e porto promove a integração desses ecossistemas, sinalizando nova divisão de trabalho, agregação de valor e eventualmente autonomia política. Santarém, importante porto, igualmente *locus* de vários surtos, é considerada uma cidade média. De marca portuguesa, a cidade atuou sempre como grande centro de exportação voltado para garantir o escoamento dos produtos extrativos em áreas interiores, e não tanto por atividades locais. Ainda hoje a cidade é ressentida com a dependência a Belém. Santarém cresce com o plano de asfaltamento da estrada Cuiabá-Santarém decorrente da chegada da frente agropecuária, que deu novo impulso ao porto e ao comércio. Mas procura gerar novos elementos de desenvolvimento, tirando partido de sua posição que favorece a articulação das porções oriental e ocidental da Amazônia.

Parintins foi outra cidade selecionada por sua originalidade e, também, pela curiosidade sobre sua história bastante desconhecida. A professora Bertha K. Becker orientou Amanda Cavaliere Lima, na época, bolsista, a pesquisar em bibliografia e em campo os surtos econômicos dessa cidade e, reconhecendo a qualidade de seu trabalho, atribuiu-lhe coautoria no texto. Em Parintins, localizada na área de influência de Manaus, o mix de curtos e variados surtos ao longo do tempo – cacau, juta, pau-rosa, pecuária de âmbito local – com populações diversas miscigenadas à base indígena e cabocla - gerou um trabalho novo e um surto original baseado numa indústria criativa local: indústria do turismo fundamentada em uma cultura específica. Parintins é, assim, uma cidade turística e um polo comercial pecuarista, atividades que também se beneficiam da proximidade de Manaus.

Surtos econômicos da cidade de Rio Branco foram estudados pela professora Mariana Miranda. Capital do estado do Acre, Rio Branco teve um intenso surto da borracha e um atual da pecuária. É habitada por comunidades tradicionais, agricultores extrativistas familiares, sobretudo descendentes de nordestinos, e grupos indígenas. A cultura local sustenta uma política original de consolidação da floresta como base de vida e da economia da cidade e do estado: o “Governo da floresta”. As tentativas nesse sentido são múltiplas tais como explorar o látex e a castanha, símbolos da geografia e da história da área, e práticas mais avançadas como a organização comunitária para o manejo florestal inclusive com certificação. O declínio violento do surto da *hevea brasiliensis* foi fatal. A base econômica atual não tem sido capaz de dinamizar a cidade, que registra muito baixos índices sociais. Novos processos emergem com a tendência de construção de estradas para promover a integração sul-americana. Por um lado, tal tendência tende a inserir Rio Branco num polo logístico, cujo núcleo central é Porto Velho (Rondônia). Por outro lado, a cidade torna-se ponto de apoio de imigração espontânea de pobres, sobretudo, de haitianos após o desastre ocorrido no Haiti.

Finalmente, Imperatriz, quanto aos seus surtos econômicos, foi pesquisada pela professora Claudia Nogueira. Essa cidade, assim como Parintins, não tiveram o maior surto de crescimento devido à borracha. Isolada durante séculos, Imperatriz cresceu aceleradamente como frente avançada da fronteira agropecuária originária do centro-sul do país, alcançando as maiores taxas de crescimento urbano na região com a chegada da rodovia Belém-Brasília. Hoje, é centro de serviços pouco dinâmico de uma vasta área de seu entorno. Todavia, Imperatriz é o segundo centro econômico do Maranhão, atrás apenas de São Luis e é também considerada cidade média. “Boca do Sertão” caracteriza-se como ponto de apoio para contínuas incursões em busca de riquezas. Estas, contudo, proporcionaram apenas crescimentos explosivos, tão curtos como nos casos do caucho, do quartzo e mesmo do arroz, que não mereceriam a denominação de surto. Como “boca do sertão” esteve sempre à mercê de forte imigração, atraindo mão de obra seja para sustentar o crescimento, seja com o declínio do crescimento, sobretudo, mas não apenas de nordestinos, e, particularmente com a construção da Belém-Brasília e o abastecimento e declínio da exploração de ouro em Serra Pelada. Ainda hoje é ponto de apoio para uma nova frente em expansão da soja, rumo ao Maranhão. A cidade conseguiu se elevar à condição de centro sub-regional - polo do sul maranhense – fornecendo bens e serviços para o oeste do estado, o norte do Tocantins e o sul do Pará. Acresce a sua participação num policentrismo de cidades estrategicamente localizadas no contato entre três estados e quatro eixos viários: Rodovia Belém-Brasília, Rodovia Transamazônica, Estrada de Ferro Carajás e Ferrovia Norte-Sul.

A pesquisa revelou a necessidade de melhor conceituar “surto” econômico e distingui-lo de “ciclo” econômico. Este é um processo de longa duração, que pode ou não ter um surto inicial de crescimento e não necessariamente declinar e desaparecer. Segundo Celso Furtado (1954), surtos econômicos ocorrem quando a economia nas suas diferentes dimensões passa a ter força de competição no âmbito local, regional, nacional ou global, acompanhado de uma maior demanda por determinados produtos, bens, funções ou processos. Propiciam lucro e divisas para as regiões, mas se não forem seguidos pelo desenvolvimento da economia como um todo, entram em decadência com a mesma intensidade com que ocorreram. Outra denominação para surtos que vem sendo difundida, sobretudo para a Amazônia, é a de *boom*, com o mesmo sentido de rápido crescimento.

Avançando na pesquisa verificou-se que muitos dos considerados surtos foram, na verdade, ciclos econômicos. Ciclos e surtos econômicos das cidades estudadas revelam um passado comum, marcado pela exploração de recursos exportados sem qualquer agregação de valor. Sobretudo, sem alterar a divisão social do trabalho, como diria Jacobs, ou sem afetar as outras dimensões da economia, diria Furtado. O denominador comum do maior surto econômico, à exceção de Imperatriz e Parintins, foi a exploração da borracha. Antes e depois da borracha, o isolamento, a baixíssima densidade da população concentrada nas cidades, a estagnação econômica são as marcas históricas das cidades amazônicas.

Forçoso é reconhecer que ainda hoje a economia regional permanece voltada para a exportação de recursos sem promover o desenvolvimento regional, a grande maioria das cidades permanecendo como meros entrepostos na região, sem o dinamismo necessário para mudar o padrão sócio-econômico regional, embora concentrando 70% de toda a população regional.

Se a economia foi uniformizadora da região, a geografia e a história das origens dessas cidades criaram diferenciações que, embora não foram reconhecidas e utilizadas até agora, podem constituir um conhecimento útil para seu futuro.

As Cidades na História da Região

É do conhecimento dos pesquisadores sobre a Amazônia que a região teve uma ocupação tardia em relação à do Brasil. Sabe-se, também, que muito do processo de povoamento europeu da região nos séculos XVII e XVIII ainda são eventos obscuros.

O que não é tão difundido é o fato de a região ter tido uma história diferente daquela do Brasil, permanecendo durante séculos sob processos ligados diretamente ao contexto internacional e à metrópole, à parte do Brasil. Uma história também mais recente um século do que a do Brasil, com fraquíssimo povoamento, bastando lembrar, por exemplo, que em 1777 Santarém tinha apenas 737 habitantes (403 sendo indígenas), ainda assim mais do que Manaus onde em 1786 viviam 300 habitantes (243 dos quais indígenas).

Tampouco é difundido o fato de que a história da Amazônia é reveladora de que a expansão do sistema capitalista colonial não se fez mediante um só modelo. O processo de sua apropriação por múltiplos atores em disputa por quase dois séculos, aproximou-se mais de um modelo caribenho do que brasileiro. Com tais pressupostos elaborou-se a hipótese de que a Amazônia constitui uma fronteira-mundi, termo proposto para um espaço de grande valor estratégico na economia-mundo (Becker, 2009).

O projeto sobre os surtos econômicos de cidades amazônicas fortaleceu essa hipótese bem como a de que a expansão colonial do sistema colonial capitalista não se fez mediante um só modelo. Focalizando determinadas cidades, ele necessariamente induziu a buscar sua diferenciação, obrigando os pesquisadores a remontar às suas origens. Sem a menor pretensão de efetuar uma pesquisa histórica, um olhar geográfico sobre as origens e surtos econômicos das cidades contribuiu para maior compreensão da diversidade regional ao revelar processos muito distintos da ocupação colonial associados a diferentes condições econômicas, políticas e geográficas, mas que foram em grande parte aplainados por uma atividade econômica comum de longa duração.

Tendo tomado contato com a contribuição de outros autores, foi possível distinguir quatro grandes modelos de apropriação do espaço da atual Amazônia pelos europeus (Souza, M. 2009): i) o dos franceses, no extremo litoral do nordeste; ii) o dos portugueses na porção oriental da região que corresponde hoje ao Pará; iii) o espanhol que dominou na porção ocidental, a Nova Andaluzia e a Nova Granada; iv) o dos holandeses entre esses dois últimos domínios na costa nordeste da América do Sul, o menos conhecido mas que deixou marcas de uma Amazônia Caribenha (Oliveira, 2006).

Quando os reis católicos da Espanha solicitaram ao Papa Alexandre IV que reconhecesse as novas terras descobertas por Colombo e o Tratado de Tordesilhas realizou a primeira grande divisão geopolítica moderna, dividindo o novo mundo entre as duas coroas Ibéricas – Espanha e Portugal – em 1494, foram ignoradas as reivindicações de outros países emergentes na Europa, que também tinham pretensões a apropriação de terras e riquezas pertencentes à Ibéria. Tratava-se, sobretudo da Inglaterra, França e Holanda.

O século XVI foi um período de exploração, de reconhecimento físico por grandes expedições e invasões. A posse e o conhecimento do espaço configuraram um verdadeiro “loteamento” na corrida para conquista da Amazônia, o rei dos diferentes países distribuindo terras a seus súditos descobridores. Bases coloniais holandesas e inglesas iniciadas nas possessões antilhanas passaram à América do Sul chegando até o Vale do Amazonas antes mesmo das Ibéricas. É o caso, por exemplo, dos fortes holandeses de Nassau e Orange no rio Xingu implantados em 1559 (Silva, 2004).

É na passagem para o século XVII, quando se acirram os conflitos e se multiplicam as bases dos invasores, que se inicia efetivamente a conquista da Amazônia pela Ibéria e pelas Companhias de Comércio da França, Holanda e Inglaterra. Estas expressavam iniciativas privadas em ascensão. Por um lado competitivas com os Estados absolutistas mas, por outro lado, pelos próprios Estados apoiadas, as Companhias constituíram-se em forças políticas de um novo processo de hegemonia na Europa, que passava pela disputa dos territórios coloniais (Faoro, 1984; Silva, 2004; Becker, 2009). Na América do Sul, foram ativas as Companhias de Portugal (do Grão Pará e Maranhão) e da Holanda (das Índias Ocidentais).

Portugal e Espanha possuíam traços culturais comuns e tinham ambos, na catequese por missionários, a arma principal de sua colonização até 1750 quando o Tratado de Madri estabelece as fronteiras na América do Sul, iniciando uma nova fase na história do continente. Mas havia também grandes diferenças nas práticas das duas potências.

Portugal possuía experiência de três séculos de controle de um extenso império colonial. Em busca de riquezas os portugueses desenvolveram e refinaram uma série de técnicas comerciais e políticas para operar nas terras de que se apossavam, sobretudo as feitorias e as capitânicas. As feitorias para comerciar com financiamento privado, quase sem custo para a coroa; as capitânicas, com donatários construídos por militares, administradores, nobres menores, degredados, para controlar eventuais rebeliões. Os portugueses procuravam transformar a colônia em um prolongamento produtivo do reino e forçavam a adesão da colônia à ordem social da metrópole (Souza, 2009). Para tanto, quando possível, fomentavam a agricultura e estabeleciam vilas e cidades.

O Forte do Presépio de Santa Maria de Belém foi o marco histórico da conquista (1616) inaugurando uma série de fortins e feitorias que lhes asseguraram uma base geopolítica essencial para o controle de Bacia Amazônica. O esforço lusitano maior deu-se através de expansão territorial no Maranhão. Na época do apogeu do açúcar até o momento da fundação de Belém, o domínio português só estava consolidado ao sul da foz do Amazonas, linha de defesa da linha de ataque originária das Antilhas. Foram as intensificações dos ataques ao Nordeste e das incursões ao baixo Amazonas, isto é, a preocupação em defender o monopólio açucareiro do Nordeste que fomentou o movimento expansionista em direção primeiro ao Maranhão e depois à Amazônia (Furtado, 2007).

No Maranhão os portugueses depararam-se com os franceses cujo modelo, malgrado, ambicionava a conquista de um vasto território, da boca do Orinoco à ilha do Maranhão. Apenas na segunda investida, em 1611, conseguem ocupar a ilha do Maranhão fundando a cidade de São Luís, mas foram logo expulsos pelos portugueses (1615). Somente tiveram força para se estabelecer na Guiana com incursões no atual Amapá, o território entre o Oiapoque e o Araguari permanecendo em litígio por dois séculos, só solucionado por arbitragem, a favor do Brasil, em 1900.

A ocupação portuguesa foi seguida da criação de colônias permanentes e estáveis segundo o modelo do que ocorria no Brasil, enviando-se para o Maranhão, em 1620, cerca de 500 açorianos. Com esta base, os portugueses destruíram as feitorias holandesas e os fortes ingleses no Xingu (1623).

Defendendo as terras da Espanha dos seus inimigos durante a União das Duas Coroas, os portugueses se fixaram na foz do rio Amazonas, posição chave para o controle da imensa bacia, apoiada no Maranhão. Em dez anos se tornaram os ocupantes efetivos da região e consolidaram sua presença com a criação em 1624 do Estado do Maranhão e Grão Pará. A penetração para caça ao índio, por sua vez, ampliou o conhecimento sobre a floresta e suas potencialidades, favorecendo a segunda fase da conquista colonial quando Portugal, já independente da Espanha (1640), procura sedimentar sua empresa no século seguinte (Souza, 1978; Furtado, 2007). No percurso da caça ao índio surgiu Manaus. Sendo o Rio Negro e seu afluente o Rio Branco das áreas mais densamente povoadas por indígenas naquela época, tornou-se logo uma das maiores fontes de mão de obra do colonialismo (Souza, 1978).

Para os espanhóis, expansão significava conquista. Após o sucesso militar eram estabelecidos migrantes, uma administração formal, a coleta de impostos e a catequese. As terras conquistadas eram distribuídas entre conquistadores, inclusive com escravos - as *encomiendas*. A muralha dos Andes e a ausência de uma administração centralizada lhes dificultaram a ocupação da Amazônia de um modo organizado. Ademais, interessavam-se, sobretudo pela conquista e pelo ouro, e não tanto pela colonização e o comércio como os portugueses. Em busca do ouro enviavam expedições a partir do Pacífico e do Caribe.

De uma expedição espanhola ao Orinoco por volta de 1530 só restou um sobrevivente que espalhou a história da cidade de Manoa e do príncipe El Dorado, aguçando o imaginário dos europeus para buscar tesouros no interior da Costa da Guiana. O mito do El Dorado - ora terra, ora país, cidade ou príncipe - , mudava continuamente de nome e de lugar. Três outras expedições espanholas para o Orinoco em 1584, 1585 e 1591 em busca de El Dorado, partiram também do Caribe por iniciativa do governador da Ilha de Trindade (Oliveira, 2006).

Não encontrando a trilha indígena que do interior levava ao Essequibo e daí a cidade de Manoa, que pensavam estar localizada no lago Parima, os espanhóis permaneceram presos na porção ocidental da atual Amazônia, tendo como uma de suas mais importantes bases a atual cidade de Tefé, de onde partiam suas incursões para o norte e para o leste.

Um vácuo de poder configurou-se, então, na atual costa da Guiana, estendendo-se para o interior. A posição setentrional no Oceano Atlântico, a distância em relação ao Oceano Pacífico, as condições locais de floresta densa, de intrincada rede fluvial, de elevadas montanhas no Alto Orinoco e relativamente maior presença indígena, dificultaram a chegada de portugueses e espanhóis a esse interior da Amazônia. Vale registrar que também os portugueses do Grão Pará desconheciam o caminho fluvial para o Essequibo e para o Rio Branco, reduto de concentração indígena.

Nesse vácuo de poder entre o delta do rio Orinoco e a foz do rio Amazonas e suas extensões interioranas, inclusive no atual Brasil, estabeleceram-se os holandeses, ainda em fins do século XVI, numa colônia que denominaram "Pomeroon Coast (San Martin, 2002 apud Oliveira, 2006) em área reconhecida como da Espanha na fronteira com possessões

portuguesas. Independente nessa mesma época como parte dos Países Baixos, a Holanda desponta como uma sociedade moderna, pluralista e tolerante, economicamente avançada, bem diversa da Ibéria. E seu modelo, assim como o dos ingleses, era bem diverso dos anteriores, limitando-se a fundar pequenas colônias agrícolas costeiras.

As primeiras notícias sobre a colônia holandesa constam do livro de Sir Walter Raleigh publicado em 1596 sobre o "Império" da Guiana, após ele próprio ter vindo em busca da Manoa. Outras referências sobre a colônia holandesa foram feitas em 1581 e 1637 (Boxer, 1961; Hulsman, 2005 apud Oliveira, 2006). Em todas as referências são destacadas as relações comerciais e de serviços que os holandeses mantinham com os índios caribe, arawak, trocando "paus-de-tinta" por manufaturados desde o final do século XVI.

Tais referências revelaram que a colônia holandesa na costa da Guiana assumira significativa importância geopolítica, instalando postos de comércio e normas para garantir sua permanência tanto na costa como no interior junto aos rios, aproveitando as práticas culturais dos indígenas. Seu sucesso se fundamentou em alianças com os nativos na disputa por territórios com outros conquistadores, sobretudo os espanhóis. Isto é, o modelo holandês teve como base a aliança comercial e a relação amigável com os índios, graças às quais foram alargando seu empreendimento mercantil, construindo rotas e imensa rede comercial envolvendo todo o interior amazônico entre os rios Essequibo, Orinoco, Branco, Negro e Amazonas, e ilhas do Mar do Caribe³.

Em 1616, instala-se a colônia do Essequibo que, baseada em plantações de cana de açúcar, cacau e algodão nas margens dos rios, desempenhou o mais importante papel administrativo e militar no começo do século XVII na região, graças à mão de obra escrava e aos serviços prestados pelos índios (Farage, 1991 apud Oliveira, 2006). Em 1621 o governo geral dos Países Baixos passou para o recente Estado Holandês, e por meio da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais, o controle do posto comercial e militar do Essequibo, onde os holandeses permaneceram até o início do século XIX quando passou para o domínio britânico (1814).

Em que tenham pesado positivamente as boas relações com os índios, a presença crescente de mão de obra africana escrava, controlada mediante castigos brutais, resultou em múltiplas rebeliões no final do século XVIII. Somadas às guerras entre as nações europeias e ao avanço pelo interior das comissões de demarcação de terras dos espanhóis e portugueses estabelecidas pelo Tratado de Madri (1750), a revolta dos escravos negros contribuiu para o declínio da colônia holandesa. É muito oportuno, portanto, o reconhecimento de uma "Amazônia Caribenha" envolvendo a área outrora ocupada pelo poder holandês no nordeste da América do Sul com influência no seu legado histórico⁴.

Cumprir registrar o traço comum dessa história colonial calcada em incursões, apropriações e exploração humana e de recursos naturais da região: ínfima população e produção, isolamento e estagnação.

Mas os vestígios dos modelos diferenciados da História estão presentes nas cidades estudadas, em sua cultura, nas idéias e na força de suas elites, na arquitetura, na geografia. Nesse sentido, Belém e Santarém são, sem dúvida, cidades portuguesas; Manaus e Parintins, localizadas nos confins das ações dos três grandes conquistadores, em área de grande contingente de nativos, são cidades onde a marca indígena é dominante; Rio Branco, mais recente que as apontadas, nascida com a própria exploração da borracha em território negligenciado pelo domínio espanhol povoado por indígenas, tornou-se

Becker, B. K.

uma cidade nordestina tal a força da migração induzida e espontânea de população vinda daquela região; finalmente, Imperatriz, dinamizada apenas em anos recentes com a Rodovia Belém –Brasília, tem uma população mista, de amazônidas - maranhenses, paraenses – e sulistas – mineiros, paulistas, goianos.

Vale ainda resgatar a questão da autonomia da região e de suas cidades. O controle rígido exercido pela metrópole portuguesa na região teve em Belém seu apoio central, condição que atribuiu à essa cidade grande poder e autoridade sobre os demais núcleos, configurando a macrocefalia urbana que caracterizou a Amazônia até o final do século passado. Manaus só conseguiu autonomia como capital de estado no século XIX (1848) após contínuas reclamações e queixas contra o domínio de Belém. Parintins e, sobretudo, Santarém, tem profundos ressentimentos quanto à falta de autonomia até hoje, bem expressos na recente tentativa de criação do estado do Tapajós em 2011, uma reivindicação da região de Santarém. Somente após anos como Território Federal, praticamente sem autonomia alguma, Rio Branco conseguiu ser capital de um estado. Quanto à Imperatriz, sua localização interiorana à grande distância da capital São Luiz, e a dinâmica introduzida pela estrada, favoreceram sua condição de centro sub-regional com relativa autonomia.

A pesquisa de surtos das cidades amazônicas incorpora as diferenciações histórico-geográficas na análise de cada cidade investigada e tem o propósito de contribuir com um novo olhar sobre o papel e a importância das cidades na região. Os ciclos de surtos das cidades e seus elementos cumulativos distinguem as cidades entre si e corroboram com o entendimento presente e futuro das cidades da Amazônia.

Referências Bibliográficas

BECKER, B.K. Uma hipótese sobre a origem do fenômeno urbano numa fronteira de recursos no Brasil. *Revista Brasileira de Geografia* v. 40, n.1, p.160-184, 1978.

_____. Undoing myths: the Amazon, an urbanized forest. In: CLUSENER-GODT, M. e SACHS, I. (orgs.), *Brazilian perspectives on sustainable development of the Amazon region*. New York, Unesco/MAB, 1995.

_____. Articulando o complexo urbano e o complexo verde na Amazônia. In: BECKER, B. K; COSTA, F. A. e COSTA, W. M. *Um projeto para a Amazônia no século 21: desafios e contribuições*. Brasília: CGEE, 2009, p.39-86.

BOXER, C.R. *Os holandeses no Brasil, 1624-1654*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961.

FAORO, R. *Os donos do poder*. Rio de Janeiro: Jornal O Globo, 1984.

FURTADO, C.A. *A economia brasileira: contribuição à análise de seu desenvolvimento*. Rio de Janeiro: A Noite, 1954.

_____. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HERSKOVITS, M.J. e HERSKOVITS, F.S. *Rebel destiny: among the Bush Negroes of Dutch Guiana*. New York, McGraw-Hill, 1934.

HINE, R.V. e FARAGHER, J.M. *The American West*. New Haven: Yale University Press, 2000.

KOBBEN, A.J.F. Participation and quantification: field work among the Djuka (Bush Negroes of Surinam). In: JONGMANS, D.G. e GUTKIND, P.C.W. (orgs.), *Anthropologists in the field*. Assen, Van Gorcum, 1967.

OLIVEIRA, R.G. Notas sobre os holandeses na Amazônia no período colonial. *Revista Textos & Debates* n. 11, 2006.

SILVA, M.C. *O país do Amazonas*. Manaus: Valer, 2004.

SOUZA, M.A. *Expressão amazonense: do colonialismo ao neocolonialismo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

_____. *História da Amazônia*. Manaus: Valer, 2009.

Recebido em: 1/11/2012 Aceito em: 30/1/2013

¹ A base de dados e informações in situ envolveu grande diversidade de instituições e de entrevistas, além da bibliografia. Bibliotecas de Universidades, Arquivos Públicos Estaduais e Municipais, Prefeituras dos Municípios, acervos pessoais de moradores muito contribuíram para o conhecimento das cidades, complementando os dados obtidos em bibliotecas e portais de instituições federais. No caso de Parintins, a colaboração de autores sobre a área, que gentilmente cederam seus trabalhos e artigos e indicaram outras fontes e contatos, foi crucial.

² A investigação de cada cidade contou com a participação de estudantes junto aos professores pesquisadores. Colaborou no levantamento de dados sobre a Zona Franca de Manaus, a estudante Inês Friedman Garcia orientada por Bertha K. Becker. Os surtos de Rio Branco, estudados pela professora Mariana Miranda, teve a colaboração de Marcelo Campello, bolsista de Apoio Técnico do CNPq. O professor Scott William Hoefle contou com o auxílio do bolsista de Iniciação Científica do CNPq Thiago Mourão na pesquisa sobre a cidade de Santarém. Luciano Carvalho, bolsista de Apoio Técnico do CNPq, foi fundamental na atualização de dados, elaboração de mapas e digitação de textos, trabalhando diretamente com a Professora Bertha K. Becker e auxiliando os Professores Scott William Hoefle e Ana Maria Bicalho na confecção final e adequação dos textos às normas de publicação da revista.

³ Processo parecido ao dos franceses na América do Norte. Para maiores informações sobre o processo nesses países, consulte Hine e Faragher (2000).

⁴ No Suriname a fuga dos negros e criação com sucesso de quilombos criou uma zona intermediária de negros entre a costa e o interior distante indígena ao contrário da repressão dos quilombos em zona semelhante do Agreste Nordestino no Brasil. Para maiores informações referentes ao Suriname, consulte Herskovits e Herskovits (1934) e Kobben (1967).

